

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.11.2020

Avaliação do Relatório das LAG do ano de 2021

Há dias, o Chefe do Executivo divulgou o Relatório das LAG para 2021, apresentando as 10 prioridades da acção governativa. Entendo que o respectivo relatório é pragmático e foca a subsistência da população, reflectindo o espírito de a servir, e concordo em colocar a “efectiva normalização da prevenção e controlo da epidemia” como o primeiro dos pontos relevantes das LAG e, embora Macau seja actualmente uma região de baixo risco, a epidemia do novo tipo de coronavírus ainda está fora de controlo em muitos países, e há infecções locais esporádicas e casos importados no Interior da China, assim, para proteger a vida de residentes de Macau e turistas, o Governo deve persistir nos trabalhos de prevenção da epidemia, mantendo os resultados, e continuar a fortalecer a prevenção e o controlo conjuntos regionais, melhorando a eficácia dessa prevenção.

Quanto à economia e à vida da população, a actual economia está em recessão e a taxa de desemprego mantém-se elevada. O relatório das LAG mantém as políticas em prol do bem-estar da população e reforça o apoio aos grupos sociais fragilizados, o que vai contribuir para aliviar a sua pressão de vida. Quanto à comparticipação pecuniária, alvo de grande atenção social, espera-se que o Governo possa definir, quanto antes, a forma de atribuição e acelerar o processo, para os cidadãos a receberem rapidamente, reduzindo os seus encargos económicos. Ainda há muitos factores incertos na economia interna e externa do próximo ano: se as receitas brutas do jogo vão atingir os 130 mil milhões, como previsto no orçamento, e se os turistas vão continuar a aumentar, tudo isto agravando a pressão operacional dos diversos sectores, e as PME também estão a enfrentar uma crise de sobrevivência. A segunda edição do cartão de consumo termina no final de Dezembro, e o Plano de apoio a empresas, que estipula que as empresas beneficiárias não podem despedir sem justa causa os seus trabalhadores num prazo de seis meses, também termina no final do ano, pelo que a sociedade está muito preocupada com a eventual onda de despedimentos após o termo destas medidas. Espera-se que o Governo reforce a promoção turística, consolide os sectores predominantes, jogo e turismo, reveja continuamente a situação social e económica, e estude o terceiro plano de apoio económico, nomeadamente, destinado às PME, para estas conseguirem sobreviver sob a recessão económica e assegurar os postos de trabalho. A longo prazo, em articulação com o desenvolvimento económico do País e da Grande Baía, deve-se acelerar o desenvolvimento das indústrias não-jogo, incluindo a inovação tecnológica, as finanças modernas e a medicina tradicional chinesa, aperfeiçoar os respectivos diplomas legais e promover eficazmente o desenvolvimento destas indústrias, para concretizar a diversificação adequada da economia e consolidar as bases do desenvolvimento sustentável a longo prazo. Durante o período de défice, o Governo deve alargar as fontes de receitas e reduzir as despesas, gerindo as finanças com prudência e aplicando o erário

público e os recursos públicos no lugar devido.

Mais, no balanço dos trabalhos desenvolvidos no último ano, o Governo usou palavras muito duras para apontar os problemas ora existentes nos serviços públicos, o que bem mostra que os encara com frontalidade, imbuído do espírito de superar todas as dificuldades, mas “Roma não foi feita num só dia”, e espera-se, portanto, que sejam envidados, no futuro, mais esforços, para não só os detectar e revelar, mas também, através de uma nova mentalidade, de uma governação com base em dados científicos e de uma análise para a localização precisa das fontes geradoras, apresentar soluções próprias e viáveis, para honrar com seriedade as promessas feitas nas LAG, persistir nas reformas para erradicar as más práticas e costumes, e tornar o Governo num modelo de servidor em que se privilegie o princípio de “ter por base a População”.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 19.11.2020

Dinamizar a economia para restabelecer o desenvolvimento

O estado da retoma da economia e dos sectores de actividade predominantes está longe de atingir as metas previstas, e é premente e inadiável a implementação de acções de diversificação adequada da economia, assim, deve o Governo continuar a dinamizar a economia, focada prioritariamente na restauração do desenvolvimento, tirando partido do planeamento proactivo das acções, da maximização dos efeitos resultantes das políticas e do contributo das sinergias resultantes da retoma da economia, dos apoios às PME e da promoção da diversificação adequada da economia. Assim sendo, sugiro:

1. Criar a 3.^a fase do fundo de prevenção e controlo da epidemia, para aliviar, objectiva e eficazmente, as dificuldades das PME, em termos de financiamento

Aliviar e resolver as dificuldades das PME é assegurar a qualidade de vida da população, a retoma da economia e a estabilidade da ordem social, e o Governo deve, na prossecução do seu papel de liderança, pensar em criar a 3.^a fase do fundo de prevenção e controlo da epidemia, destacando parte desse dinheiro para apoiar os bancos comerciais e outras instituições financeiras, a fim de definir e aperfeiçoar o mecanismo de comparticipação mútua de riscos, para aqueles prestarem serviços de reforço do grau de credibilidade das PME no pedido do primeiro e subsequentes empréstimos, aliviando e resolvendo as suas dificuldades em termos de financiamento, mecanismo esse que só entra em funcionamento, quando os resultados da retoma do turismo não forem os ideais.

2. Ponderar criar um mecanismo eficiente de longo prazo para a prevenção de riscos, reforçando a protecção das PME contra os riscos de situações de catástrofe

Para lidar com o impacto que as catástrofes naturais e a epidemia acarretam para a economia, reforçando a protecção das PME de Macau contra os respectivos riscos, sugere-se que o Governo estabeleça um mecanismo eficiente de longo prazo para a sua prevenção, criando um fundo de protecção contra riscos que seja de interesse público e corresponda aos princípios de negócio. Este fundo de compensação serviria para assegurar a continuidade do funcionamento das empresas de Macau e dar resposta às situações de catástrofes ou epidemias, com um significado real e especial na manutenção da estabilidade da economia e da sociedade da RAEM. Sugere-se que este fundo adopte um mecanismo de rápida autorização e concessão de verbas, aliás, com recurso à simplificação de procedimentos, o fundo iria conceder verbas com limite máximo para maximizar o seu papel de apoiar as empresas na primeira resposta à passagem de catástrofes e epidemias.

3. Estudar o projecto do País, “Hainão Inteligente”, para promover a construção de Macau como cidade inteligente e aumentar a eficiência do funcionamento da sociedade.

Recentemente, o País divulgou o Projecto Geral de Hainão Inteligente, com várias áreas que merecem referência para Macau, tais como: governo inteligente, turismo inteligente, serviços públicos inteligentes, infra-estruturas inteligentes, etc. Em especial, a presente situação de epidemia fez destacar a importância e a urgência de a Administração Pública e os sectores lançarem serviços *online* que não exijam um contacto físico. Assim, sugere-se que o Governo da RAEM tome como referência o projecto “Hainão Inteligente”, para acelerar os trabalhos de fazer de Macau uma cidade inteligente, reforçando a optimização e a actualização das infra-estruturas urbanas, e acelerando a renovação urbana e a transformação dos bairros antigos.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 19.11.2020

Enfrentar as dificuldades para as ultrapassar

O Chefe do Executivo apresentou, há dias, o seu segundo Relatório das LAG. A sociedade está altamente atenta, e como o Relatório é pragmático e realista, demonstrando a determinação do Governo em enfrentar os problemas e resolvê-los, a população é reconhecida. Atendendo à realidade social, a acção governativa deve concentrar-se em três vertentes principais:

Primeiro, há que fazer bem o trabalho de prevenção da epidemia, que continua a ser o mais importante, especialmente porque o Inverno se aproxima e o número de novos casos está a aumentar em todo o mundo. Mais, foi detectada a presença do vírus em muitas embalagens de alimentos congelados importados, o que demonstra que a epidemia ainda é grave. Macau é uma cidade pequena e densamente povoada, ocupa o 1.º lugar do mundo, por isso, há que aderir à estratégia de "evitar a importação do vírus e prevenir surtos da epidemia nesta cidade". A vacina é essencial para fazer face à epidemia. Espero que o Governo materialize, plenamente, a superioridade do princípio "Um país, dois sistemas" e "ande com as duas pernas", por um lado, há que comprar a vacina no mercado internacional e, por outro, que acompanhar de perto a situação mais recente do nosso país, esforçando-se para obter, quanto antes, a vacina, de modo a poder aligeirar ainda mais as actuais exigências de quarentena transfronteiriça, procurando novas oportunidades.

Segundo, quanto à recuperação económica, a normalização da epidemia impôs limitações à mobilidade das pessoas, e segundo as previsões mais actualizadas do país, só haverá livre circulação na Primavera de 2022. As limitações impostas à produção e à mobilidade das pessoas tiveram impacto na economia e na diversificação das indústrias de Macau, dificultando ainda mais o desenvolvimento diversificado. Felizmente, a reserva financeira abundante do Governo e a nova estratégia de desenvolvimento em "ciclo duplo" definida pelo país podem ajudar a estabilizar a economia de Macau, acelerar a recuperação e a procura activa de soluções diversificadas. Assim sendo, espero que o Governo apresente as conclusões das três fases do plano de recuperação e lance medidas mais eficazes, sobretudo para promoção do turismo, aproveitando a plataforma da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau para a articulação entre Macau e o ciclo interno, por exemplo: promover o turismo na Grande Baía, reforçar benefícios, disponibilizar mais incentivos para atrair e aumentar o número de turistas e o consumo, e seguir o rumo do desenvolvimento diversificado, acelerando a promoção da "marca Macau", a industrialização da medicina tradicional chinesa e a profissionalização do sector das convenções e exposições, concretizando assim a diversificação adequada da economia.

Por fim, garantir o emprego e assegurar a qualidade de vida. Com o fim das medidas provisórias de garantia de emprego no fim do próximo mês, é provável

que os sectores gravemente atingidos pela epidemia enfrentem uma vaga de falência e de desemprego. O aumento contínuo do desemprego e do subemprego tem agravado a pressão, e muitos residentes têm estado em *layoff* e com dificuldades económicas. Prevê-se que a situação continue, e a sociedade teme mesmo que piore. Após uma ronda de medidas de apoio consideráveis, o Governo também sente alguma pressão financeira. O próximo passo depende da evolução da situação, mas há que prevenir. Acho que além de reforçar o investimento nas infra-estruturas e criar postos de trabalho, é preciso lançar medidas de apoio para garantir o emprego de determinados grupos populacionais. É de referir que, perante a epidemia, os mais velhos têm mais dificuldades em manter o ganha-pão. Assim, para a estabilidade laboral, além do apoio financeiro para garantir o emprego dos jovens e recém-graduados, o Governo deve criar oportunidades de emprego para os mais velhos, por exemplo, trabalho temporário, a tempo inteiro e a tempo parcial.

IAOD da Deputada Chan Hong em 19.11.2020

Fazer brilhar a tabuleta de “Cidade gastronómica” de Macau, para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia

Em Novembro de 2017, Macau foi classificada pela UNESCO como “Cidade Criativa em Gastronomia”, mais um belo cartão-de-visita ao nível internacional após a inscrição na Lista do Património Mundial. O Governo empenhou-se em desenvolver as respectivas acções de promoção, por exemplo, criou o “Ano da Gastronomia de Macau”, realizou o “Fórum Internacional de Gastronomia de Macau”, lançou o projecto “Grande Jornada Gastronómica Verde” e criou a Base de Dados da Gastronomia Macaense, etc., com vista a promover o desenvolvimento das indústrias culturais em conjugação com a história e a cultura gastronómica, alcançado assim o objectivo de diversificação moderada da economia. Durante os últimos três anos, as acções de divulgação e construção da “Cidade gastronómica” alcançaram alguns resultados, e alguns turistas elogiam a gastronomia de Macau por representar a mistura das culturas ocidental e oriental, ser saborosa, diversificada e barata, valendo a pena voltar a prová-la. Portanto, muitos turistas vêm até cá devido à designação de “Cidade gastronómica”.

Segundo os dados da Estatística e Censos, em 2019, havia mais de 2400 estabelecimentos de restauração a funcionar, cerca de 34 mil trabalhadores, e as receitas do sector atingiram 12 mil milhões de patacas, tendo contribuído com um valor acrescentado bruto para a economia de 4670 milhões de patacas, portanto, é um dos sectores importantes. Assim, desenvolver as vantagens de Macau enquanto cidade de gastronomia e atrair mais turistas são tarefas relevantes e a longo prazo do Governo.

O impacto da epidemia no sector da restauração local é enorme, mas como a situação em Macau está basicamente estável, as exigências de passagem transfronteiriça entre o Interior da China e Macau passaram a ser menos exigentes, e verificou-se um aumento sucessivo dos turistas vindos da China. A meu ver, neste momento crucial para a revitalização da economia, é necessário aproveitar o bom nome de “cidade de gastronomia” para desenvolver, ao máximo, a indústria “turismo + gastronomia”. Assim, sugiro o seguinte:

1. Reforçar, aproveitando as oportunidades da construção da Grande Baía, a promoção da gastronomia e do turismo de Macau, sobretudo através das plataformas online, e promover a cultura culinária de Macau, utilizando a gastronomia como suporte e a criatividade como impulso, para contar bem a história gastronómica de Macau, enriquecendo constantemente o conteúdo de Macau como “Cidade Criativa da Gastronomia” e aumentando a sua atractividade.

2. Apoiar o sector da restauração ao nível das políticas e recursos, promover a sua recuperação e, através da combinação de diversas vertentes, tais como a

arquitectura, arte, filme, música, etc., criar uma cultura de gastronomia criativa com características próprias, a fim de desencadear a eficiência económica.

3. Proporcionar aos jovens mais oportunidades de formação acerca da arte culinária, para mudar a actual falta de recursos humanos jovens, com vista a assegurar a continuação e a difusão da cultura culinária local.

4. Criar no Porto Interior uma “rua do marisco”, com actividades culturais ligadas à pesca local, uma vez que em Macau não há ruas gastronómicas nem mercados nocturnos, por forma a aumentar os atractivos para o turismo e dinamizar a economia daquela zona.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 19.11.2020

As autoridades devem racionalizar e clarificar os critérios de prevenção da epidemia

Desde o surto da epidemia do novo tipo de coronavírus, o Governo da RAEM alcançou bons resultados no seu combate, o que fez com que Macau ganhasse a reputação de ser a cidade mais segura das áreas circundantes. Nos últimos meses, as actividades económicas de Macau recuperaram lentamente na sequência da adopção de várias medidas para normalizar a epidemia e aligeirar o controlo da imigração. Mas, no meio da promoção de tais medidas, o Governo começou a cumprir simultaneamente “dois critérios”, o que enfraqueceu a credibilidade da governação da RAEM.

Primeiro, desde meados de Março deste ano, as autoridades promulgaram medidas para proibir a entrada de trabalhadores estrangeiros, enquanto os trabalhadores não residentes provenientes de Hong Kong e Taiwan sujeitam-se a uma quarentena de 14 dias ao entrarem em Macau. Essa medida ajuda a evitar a importação de casos confirmados, mas, face ao controlo efectivo da epidemia, há de facto margem para aligeirar as exigências. Nos últimos meses, o Interior da China, Taiwan e Hong Kong admitiram, uns a seguir aos outros, requerimentos para entrada de estrangeiros, por razões como o reencontro ou o emprego. De facto, o Governo da RAEM também pode permitir, em virtude de uma autorização excepcional, a entrada de estrangeiros em necessidade, que devem submeter-se a uma quarentena adequada após a entrada em Macau. Quais são os “estrangeiros em necessidade”? Está em questão uma ordem de prioridade que a Administração tem de decidir.

Nos últimos meses, recebi vários pedidos de apoio de residentes locais, que alegam que estão separados de elementos da família, de filhos e até do cônjuge, que estão no estrangeiro, por causa da política de prevenção epidémica. Há mulheres grávidas que, desde a gravidez até ao parto, nunca tiveram um encontro com o marido estrangeiro que trabalha em Hong Kong; houve mulheres com problemas emocionais, e os maridos que estavam no exterior ficaram muito aflitos; e há pais, residentes de Macau, cujo filho nasceu no estrangeiro, por isso a medida de interdição de entrada aos não residentes impede a entrada do filho e, como os pais não podem abandonar o filho, toda a família ainda está fora de Macau. Os casos não terminam aqui, e há um em que o marido é o sustento principal da família, mas, como ainda está fora de Macau, a mulher teve de passar a sustentar a família e neste momento está sobrecarregada.

Tais exemplos provocam angústia. Quando uma pessoa não consegue entrar em Macau, normalmente afecta não só a pessoa em si, mas também a sua família. Quando há a necessidade de prevenção da epidemia, a recusa da entrada dos elementos da família que são estrangeiros tem alguma razão. Mas o que é ridículo é que, em relação ao Grande Prémio, as autoridades levantaram as restrições

aplicadas aos pilotos estrangeiros e ao respectivo pessoal de apoio, para poderem entrar no território ao fim de 14 dias de isolamento e de inspecção sanitária. Isto demonstra que o Governo tem capacidade para fazer bem os trabalhos de prevenção da epidemia em relação aos estrangeiros. Mas o Governo preferiu levantar as referidas restrições para aumentar o “brilho” do Grande Prémio, em vez de dar luz verde aos familiares que estão no estrangeiro, e muitas famílias locais estão a sofrer por causa da referida separação ou com dificuldades de sobrevivência. O desenvolvimento económico é importante, mas a salvaguarda da integridade familiar e o evitar da referida separação são também aspectos que necessitam de ser tratados de forma humanitária, não se devendo menosprezar. Pergunta-se ainda: com mais alguns pilotos estrangeiros o Grande Prémio ia ficar muito diferente? As autoridades não têm capacidade de receber mais alguns familiares vindos do estrangeiro? Entre os dois assuntos, qual é o mais importante? Será que os dois são contraditórios? Tudo isto merece a ponderação do Governo.

O Governo concedeu recentemente uma tolerância preliminar para a entrada de estrangeiros em Macau, exigindo que permaneçam 14 dias na China antes da entrada aqui. Mas, como muitos desses estrangeiros apenas têm ligação a Macau, dificilmente vão conseguir visto para a entrada no nosso país, por isso esta medida, aparentemente, não tem grande efeito. Assim, espero que o Governo possa ter em conta as suas dificuldades e pondere abrir mais canais para a apresentação de requerimentos. Deve-se permitir o registo preliminar dos familiares que estão no estrangeiro e, de acordo com a situação concreta de cada um, nomeadamente a situação familiar e o risco de epidemia no local de origem, autorizar a entrada em Macau, por motivos humanitários, de emergência ou de reunião familiar, dos que estão dispostos a submeter-se a observação médica, sob o pressuposto de se ter realizado todo o trabalho de inspecção, de isolamento para observação médica, e de negociação com as regiões vizinhas de Macau.

Mais, o Governo deve observar os princípios da imparcialidade e da coerência lógica na futura implementação de medidas de prevenção de epidemias e até nas diversas políticas. A avaliação pelo Governo deve ser global e equilibrada, tendo em consideração a segurança na prevenção de epidemias e o desenvolvimento económico, bem como a necessidade fundamental de atenção aos cuidados humanitários. Hoje em dia, o Governo pode organizar diversas actividades com grande número de participantes e muita publicidade, mas limita o número de pessoas nas outras actividades organizadas por entidades privadas. Uma vez “condena”, outras vezes faz “apelos”, tratando os organizadores com duplo critério e de forma diferente. Assim, o prestígio da governação da RAEM tem sido enfraquecido porque a implementação das medidas não obedece a princípios científicos, suscitando diversas interrogações. Mais, ao longo do tempo, têm surgido divergências que não favorecem o desenvolvimento social estável a longo prazo.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Wu Chou Kit em 19.11.2020

O desenvolvimento urbano de Macau deve basear-se nas necessidades locais e integrar o desenvolvimento nacional

Nas recomendações do Comité Central do Partido Comunista da China sobre a definição do 14.º Plano Quinquenal para o desenvolvimento socioeconómico do país e dos objectivos para 2035, aprovadas na Quinta Sessão Plenária do 19.º Comité Central do Partido Comunista da China, propõe-se a implementação de acções de renovação urbana, o estudo e a avaliação rigorosa da nova situação do desenvolvimento urbanístico na China, e a definição de planos para melhorar ainda mais a respectiva qualidade.

Macau, com mais de 400 anos de fusão cultural entre o oriente e o ocidente, deve implementar a estratégia de criação de "Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base". Ao integrar-se no desenvolvimento nacional, Macau deve prestar suficiente importância ao futuro desenvolvimento do país e, no que respeita ao seu próprio planeamento urbanístico, deve aprender com as práticas do Interior da China e, ao mesmo tempo, assegurar a articulação entre políticas e planeamento.

O 14.º Plano Quinquenal e os objectivos para 2035, nos quais se propõe claramente a implementação das acções de renovação urbana, são uma inspiração para nós. Macau está a realizar um estudo sobre o plano director do planeamento urbanístico, ao qual se vai seguir o desenvolvimento sucessivo do plano de pormenor por zona funcional. Neste processo, a integração de Macau no desenvolvimento nacional e a cooperação profunda entre Hengqin, Guangdong e Macau deve ser o pensamento dominante na formulação das políticas de desenvolvimento sustentável e no planeamento do desenvolvimento urbanístico. Tal como referiu o Chefe do Executivo na Sessão de Perguntas e Respostas sobre o Relatório das LAG, Macau vai preparar o seu segundo Plano Quinquenal, agora que já foi divulgado do 14.º Plano Quinquenal Nacional. Mais, o Plano Director de Macau 2020-2040 deve também ser alinhado com o posicionamento do desenvolvimento nacional, e com a definição do rumo e dos objectivos estratégicos para o desenvolvimento urbanístico.

Assim, proponho o seguinte:

Primeiro, o plano director do desenvolvimento urbanístico tem de ir ao encontro do futuro de Macau e da Grande Baía, nomeadamente da cooperação profunda Hengqin-Macau. De acordo com as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, enquanto cidade nuclear e componente do corredor da inovação tecnológica, Macau deve cumprir o plano urbanístico, no sentido de melhorar o ambiente habitacional, e transformar-se numa cidade habitável, verde, resiliente, inteligente e humana.

Segundo, a renovação urbana implica acções para atingir objectivos de curto, médio e longo prazo, e o respectivo regime legal vai entrar no próximo ano em processo legislativo. Há que garantir a sua articulação com o plano director, para um bom desenvolvimento urbanístico, construindo um lar com harmonia entre as pessoas, e entre as pessoas e a natureza, garantindo-se assim à população a sensação de obtenção, satisfação e orgulho. Estes são os objectivos de longo prazo.

Terceiro, em toda a China, e até em todo o mundo, apenas “Macau, China” mantém a sua cultura única, não criada de propósito, mas oriunda da história. Assim sendo, temos de intensificar e manter as características das culturas oriental e ocidental do centro histórico, divulgar a cultura tradicional chinesa e proteger e criar um estilo único da cidade. Criar um sistema de conservação e transmissão da cultura e história da cidade, reforçar a protecção do centro histórico, conservar os bairros e o estilo com valor histórico e cultural, promover a revitalização e o aproveitamento do património histórico-cultural.

Quarto, promover a construção e remodelação dos novos tipos de infra-estruturas, através do acelerar da informatização, digitalização e inteligência nos serviços, elevar o nível de construção da cidade e a eficiência do seu funcionamento.

Quinto, aumentar a capacidade da cidade para prevenir e gerir as inundações, as drenagens e as cheias, coordenar a utilização dos recursos hídricos urbanos, prevenir e mitigar catástrofes, e promover sistematicamente a construção da cidade como um todo, para criar um ciclo hídrico urbano ecológico, seguro e sustentável. Coordenar os trabalhos de prevenção de inundações e drenagem da cidade, planear e melhorar, de forma científica, as instalações do sistema de prevenção de cheias e de drenagem, acelerar a construção e o aperfeiçoamento do sistema de prevenção de inundações e de drenagem da cidade.

O futuro de Macau é assegurado juridicamente pelo regime jurídico da renovação urbana, pela Lei de Terras, pela Lei de Salvaguarda do Património Cultural e pela Lei do Planeamento Urbanístico, abrangendo completamente e equilibrando a evolução da história e a modernidade; testemunha-se também os esforços, a curto, médio e longo prazo, do Governo, e com a atitude racional dos seus membros e da população, e em conformidade com a lei, vamos em conjunto construir a nossa cidade, para podermos ter um lar ainda mais belo.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 19.11.2020

A epidemia da COVID-19 mantém-se há cerca de um ano. Macau conseguiu resultados bastante satisfatórios, não registou nenhuma morte, infecção comunitária ou infecção hospitalar, e teve uma baixa taxa de casos graves e uma alta taxa de cura. Desde 29 de Março deste ano, não houve nenhum caso local e, desde 27 de Junho, nenhum importado do exterior. Macau é uma cidade turística segura com baixo risco de epidemia. Não foi fácil obter esses resultados, conseguidos graças à união de toda a sociedade, que cumpriu escrupulosamente as normas definidas pelo Governo para o combate à epidemia e sua prevenção. Mas, devido à longa duração desse combate, a população está cansada, o que enfraquece a sua consciência sobre a prevenção da epidemia.

Devido ao abrandamento da epidemia, muitos países da Europa e da América relaxaram as suas medidas de prevenção e controlo, o que levou a um agravamento do surto epidémico no Inverno. O número de novos casos confirmados em vários países num só dia bateu o recorde registado desde o início da epidemia. Vários países adoptaram medidas mais rigorosas de prevenção e controlo da epidemia, o que impediu o plano de recuperação económica. A Coreia do Sul registou recentemente o maior número de novos casos desde Setembro. Nos últimos cinco meses, mais de uma dezena de províncias e cidades do Interior da China têm procedido ao teste de reacção positiva ao ácido nucleico em produtos congelados e no exterior de embalagens importadas, e houve casos de infecção local. Isto alerta-nos para o facto de que a epidemia ainda não terminou e que o risco persiste! Perante a situação epidemiológica grave a nível mundial, estamos convictos de que “a prevenção na importação de casos e no agravamento interno” será a base dos trabalhos de prevenção e controlo da epidemia em Macau no futuro.

Esta epidemia teve um grande impacto na economia, as taxas de desemprego e de subemprego atingiram os valores mais elevados dos últimos anos, e muitos residentes passaram a ter licença sem vencimento, o que levou à redução significativa dos seus rendimentos. Para minimizar o impacto, o Governo adoptou medidas de recuperação económica. Mais, quanto à epidemia, o combate e a prevenção foram reforçados, o que foi eficaz. Graças aos esforços do Governo e à segurança do ambiente, a política de emissão de vistos individuais foi retomada em Setembro, o que levou ao aumento gradual dos turistas e das receitas, e ao melhoramento das condições de negócio das empresas, e a economia em geral teve alguma recuperação. Mas, no âmbito dessa política foi definido um mecanismo de “fusível”, com a suspensão da emissão de vistos se a situação epidémica se agravar, e, ao fim de uma eventual suspensão, a recuperação da economia vai ser mais difícil, e os trabalhos desenvolvidos terão sido em vão. Assim, apelo aqui aos diversos sectores da sociedade para terem autodisciplina, continuarem a manter a consciência sobre a prevenção da epidemia e cumprirem com rigor as diversas regras do Governo de prevenção da epidemia, e todos

(Tradução)

devem seguir bem as medidas de protecção individual, e proteger a sua saúde e a dos familiares, favorecendo a recuperação sem sobressalto da economia de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 19.11.2020

Espera-se que o Governo implemente a terceira ronda de medidas de apoio económico

O Chefe do Executivo acabou de apresentar as LAG para o próximo ano, dando continuidade, basicamente, a uma série de benefícios e isenções fiscais, mas não indo atribuir a verba de 7 mil patacas para as contas do regime de previdência central não obrigatório, tal como foi feito no ano passado. Segundo o Secretário para a Economia e Finanças e o Chefe do Executivo, a referida decisão resultou de um mecanismo estabelecido pela lei, mas tal afecta cerca de 70 mil idosos e deficientes que reuniam os requisitos para levantamento dessa verba, muitos deles usando-a nas despesas diárias, portanto, a não injeção poderá afectar a vida dos mesmos. No relatório das LAG, salienta-se ainda a salvaguarda das condições básicas de vida e dos benefícios dos grupos vulneráveis, assim, espera-se que o Governo tome medidas para os apoiar, e estude para destacar os recursos da Fundação Macau para a atribuição de apoio financeiro. Embora as receitas da Fundação Macau deste ano tenham diminuído devido à epidemia, há ainda saldos avultados que se acumularam ao longo dos anos, portanto, há condições para dar apoio aos idosos e deficientes que serão afectados por isto.

Quanto ao emprego dos residentes, o Chefe do Executivo limitou-se a dizer que a recuperação económica em geral depende de uma vacina, acreditando que chega em breve e pode contribuir para mudar a situação de desemprego e criar novas oportunidades, mas não esclareceu quais as novas medidas a adoptar. É óbvio que os cidadãos esperam que a epidemia acaba ou que haja uma vacina, mas esta ainda se encontra em fase de investigação e creio que ainda vai ser necessário algum tempo para chegar. Em simultâneo, a taxa de desemprego está a disparar, muitos trabalhadores estão com dificuldades e as famílias estão a enfrentar grande pressão económica. Podemos manter o optimismo e a confiança, mas também devemos estar bem preparados para enfrentar a epidemia e continuar a manter a nossa atenção, pois é difícil prever quando chegará o ponto de viragem. Assim, esperamos que o Governo possa implementar a terceira ronda de medidas de apoio económico, para continuar a apoiar as pessoas a ultrapassar as dificuldades, e as autoridades devem elaborar, quanto antes, as medidas necessárias para garantir a vida da população.

Quanto ao apoio ao emprego, o Inquérito ao Emprego do 3.º trimestre da DSEC revela que a população desempregada foi de 11,8 mil pessoas e houve uma redução de 16,6 mil no número de trabalhadores a tempo inteiro, com 35 ou mais horas por semana, face ao 2.º trimestre de 2020, registando-se grande perda de pessoal, o que nos deixa preocupados. O plano de formação subsidiada implementado pelas autoridades ajudou, de certa forma, os desempregados, mas, segundo alguns formandos, estes não foram contratados mesmo depois de frequentarem os cursos. Assim, o Governo tem de envidar esforços para assegurar que os residentes locais tenham prioridade no acesso ao emprego; e

(Tradução)

solicito ao Governo que alargue o âmbito dos destinatários dos cursos de formação remunerada, referido no relatório das LAG, e que implemente medidas concretas de formação e apoio ao emprego dos locais, consoante as situações dos diversos sectores, ajudando a reintegração dos residentes afectados pela epidemia no mercado laboral.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 19.11.2020

Quatro sugestões sobre a circulação de veículos de Macau com matrícula única em toda a Província de Guangdong

Recentemente, os Serviços de Segurança Pública da Província de Guangdong divulgaram o Texto para a recolha de opiniões sobre o método administrativo para a entrada e saída de veículos de Macau, através do Posto Fronteiriço de Zhuhai da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, no Interior da China, para auscultar a sociedade sobre a extensão da medida de circulação desses veículos, agora só na Ilha de Hengqin, em Zhuhai, a toda a Província de Guangdong, o que merece a atenção da sociedade. A meu ver, tal medida contribuirá para os residentes de Macau viverem e trabalharem na Grande Baía, e creio que estão contentes com esta, mas a sua concretização exige que Macau acelere a construção de instalações complementares de trânsito, simplifique as formalidades e melhore os trabalhos de ligação entre as duas regiões.

Para a implementação programada da medida, apresento quatro sugestões, a saber:

1. Criar em Macau postos de serviço *one-stop* ou introduzir os respectivos serviços electrónicos. Os proprietários dos veículos que preencham os requisitos e critérios têm de tratar, junto dos Serviços de Alfândega das duas regiões, das formalidades para registo de dados dos condutores e veículos, e de requerer, junto do departamento de gestão de trânsito dos Serviços de Segurança Pública de Zhuhai, uma licença electrónica de entrada provisória de veículo, para poderem circular na Província de Guangdong. A fim de simplificar as formalidades, sugiro ao Governo que faça bem as negociações com o Interior da China, crie em Macau postos de serviço *one-stop* ou introduza os respectivos serviços electrónicos, para os proprietários de veículos de Macau apresentarem o pedido em Macau ou através da internet, e simplifique os trâmites de inspecções de veículos, de aquisição de seguro e de apresentação de pedidos, facilitando assim a vida da população.

2. Acelerar o aperfeiçoamento dos elementos complementares de tráfego nas proximidades do acesso à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. A entrada em funcionamento desta ponte aumentou a pressão de trânsito na Zona da Pérola Oriental, situação que se vai agravar com a circulação dos veículos de Macau em Guangdong, portanto, espera-se que o Governo aperfeiçoe, quanto antes, a construção dos elementos complementares de tráfego nas proximidades do acesso à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

3. Optimização dos mecanismos de articulação fronteiriça entre as duas regiões. É de crer que a implementação da referida política vai atrair a candidatura de vários veículos qualificados de Macau, assim, se os postos fronteiriços não tiverem capacidade suficiente de acolhimento, ou se não forem suficientes os

elementos complementares de tráfego para a articulação entre as duas regiões, haverá graves engarrafamentos de trânsito. Assim, espera-se a devida avaliação em relação aos actuais mecanismos de articulação fronteiriça, sobretudo os de tratamento de riscos, e a optimização dos mesmos, para aumentar a capacidade das duas regiões em responder a incidentes súbitos.

4. Definição clara dos planos de distribuição pelos postos fronteiriços. Como os veículos de matrícula única só podem entrar em Guangdong pelo posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, se os elementos complementares de tráfego não forem suficientes para acolher o fluxo de veículos, haverá lugar a uma série de problemas. Com vista a resolvê-lo de forma atempada, as autoridades devem negociar com as autoridades de Guangdong para elaborar planos de contingência, para abrir, caso necessário, os postos fronteiriços das Portas do Cerco e de Hengqin, a fim de melhor facilitar a vida da população, contribuindo para uma passagem fronteiriça com fluidez.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 19.11.2020

Para aperfeiçoar continuamente o sistema de trabalho dos jovens de Macau e esboçar um novo plano a médio e longo prazo, o Governo está a realizar uma consulta pública sobre a “Política de Juventude de Macau (2021-2030)”, vai planear o aumento da idade dos destinatários dessa política, dos actuais 13 aos 29 anos, para 13 aos 35 anos, em articulação com as políticas de juventude do País e das diversas cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, fortalecer a herança do patriotismo e do amor, reforçar os sentimentos em relação à família e ao país, promover plenamente o desenvolvimento dos jovens e ajudá-los a integrar-se, de forma activa, no desenvolvimento nacional, entre outros aspectos, um rumo que é digno de reconhecimento. Os serviços competentes vão reforçar a educação parental para os jovens com idades compreendidas entre os 29 e os 35 anos, dando importância à orientação dos jovens pais sobre conceitos de educação correctos e técnicas de convivência entre casais e filhos, ajudando os jovens na sua adaptação à mudança de papéis e preparando-os para a entrada noutra fase da vida.

As políticas da juventude abrangem uma área vasta e vários serviços, e para apurar os resultados dos trabalhos há que efectuar uma avaliação e seguir os respectivos índices, bem como elaborar um plano de acção para os próximos 10 anos. Foi assim que o Governo incumbiu, em 2016 e 2019, instituições de investigação dum avaliação intercalar e dum avaliação de resultados, e ainda dum análise comparativa do desenvolvimento dos jovens, através dos índices, de modo a rever os resultados obtidos na respectiva implementação. Porém, dos documentos publicitados apenas foi disponibilizado o relatório de avaliação intercalar sobre as políticas de juventude de Macau (2012-2020), logo dificilmente se consegue analisar os resultados da sua implementação, e conhecer o teor do relatório, com as opiniões da entidade investigadora, elaborado em 2019. As informações sobre o inquérito social dos índices dos jovens vão até 2018, não estando ainda publicitadas as de 2020, portanto, não é possível fazer qualquer análise ou cruzamento de dados. Com o impacto da epidemia, este ano mudou o desempenho escolar, o mercado de trabalho e a situação da saúde física e psíquica dos jovens, mas não há informações sobre a situação. Mais, a não actualização dos inquéritos e investigações feitos depois de 2016 afecta, de alguma forma, a definição das políticas da juventude (2021-2030), o que merece alguma atenção do Governo.

Por último, relativamente ao desenvolvimento profissional dos jovens, deve o Governo realizar as devidas acções de formação para garantir o crescimento e o desenvolvimento contínuo dos jovens, através da aplicação dos respectivos recursos em cada uma das fases de ensino. Há que intensificar ainda as acções de formação em exercício e elevar as aptidões profissionais dos jovens, para que tenham um futuro melhor. Tudo isto para formar mais talentos.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 19.11.2020

O Chefe do Executivo divulgou o Relatório das LAG para o próximo ano, onde se propõe a integração proactiva na conjuntura geral do desenvolvimento do País; a promoção pragmática da construção da Grande Baía; o apoio aos jovens no desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação; o auxílio aos jovens para estudar, trabalhar, efectuar intercâmbios e viver no Interior da China; e o reforço da consciência de Pátria por parte dos jovens. Pode dizer-se que a concretização da política da Grande Baía oferece muitas oportunidades de desenvolvimento aos jovens de Macau; o Governo Central tem dado muita importância e apoio à participação de Macau na construção da Grande Baía e, sendo Macau uma das quatro principais cidades na construção daquela, os nossos jovens têm um papel muito importante no seu desenvolvimento e construção; muitos jovens dão atenção às políticas de vida, empreendedorismo, etc. na Grande Baía, mas não conseguem perceber claramente o rumo de desenvolvimento desta, e alguns estão preocupados com a baixa capacidade de competitividade, pois entendem que não faltam talentos na Grande Baía, e até com a existência de limitações devido à diferença de leis entre os dois territórios. O Governo deve reforçar a divulgação sobre os aspectos referidos, dando mais oportunidades aos jovens para contactarem e conhecerem a Grande Baía, nomeadamente, as diferentes características e vantagens de desenvolvimento das diversas cidades, em prol do aumento do interesse de desenvolvimento dos jovens na Grande Baía.

No passado, o Governo implementou medidas para apoiar os jovens no desenvolvimento da Grande Baía, incluindo o Programa de Estágio para os Jovens de Macau na Grande Baía, que surtiu certos efeitos. Mas estes dizem que são poucas as cidades e as vagas para estágio anuais, por isso muitos que pretendem participar no desenvolvimento da Grande Baía esperam que se reforcem os seus planos, especialmente os talentos da área da inovação científica, pois a cadeia industrial de Macau ainda não está em desenvolvimento, e os talentos interessados neste sector têm falta de oportunidades de investigação e de estudo. As autoridades podem ponderar criar mais oportunidades de estágio para os jovens de Macau nas melhores empresas da Grande Baía, e acompanhá-los e apoiá-los após a sua realização, ajudando-os a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento e a integrar-se melhor na Grande Baía. Mais, deve-se continuar a promover a implementação das políticas de juventude, a elaborar uma estratégia perfeita para o seu desenvolvimento, através de diferentes políticas e canais, e a lançar as medidas complementares correspondentes e eficazes para elevar ainda mais a qualidade global dos jovens de Macau e a sua competitividade.

Macau é a “Base de Ensino e Formação em Turismo para a Grande Baía” e a “Base de Formação de Quadros Qualificados Bilingues em chinês e português”, e o Governo da RAEM tem-se empenhado, nos últimos anos, na formação de talentos bilingues em chinês e português, e no turismo. O Interior da China tem diferentes tecnologias e talentos inovadores, e Macau pode reforçar a

aprendizagem e o intercâmbio bilateral com as cidades, formando os talentos necessários para o desenvolvimento das indústrias da Grande Baía, devendo também definir estratégias de desenvolvimento de talentos adequadas à sua própria situação real, a fim de atingir o objectivo de apoiar a criação de uma base de formação de talentos, conforme definido nas linhas gerais.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 19.11.2020

Reunir o consenso da sociedade e procurar soluções para a aquisição de casas por parte dos jovens

Para concretizar a ideia do Governo sobre a aquisição de habitação pelos cinco grupos populacionais, apresentada pelo Chefe do Executivo no seu primeiro relatório das LAG, o Governo iniciou, no mês passado, a consulta pública sobre o Plano de habitação para a classe sanduíche, que contou com a atenção e as expectativas da sociedade. Nos últimos dias, o Chefe do Executivo afirmou, numa sessão de perguntas e respostas, que a construção de habitação para a classe sanduíche é absolutamente necessária, esperando que os lucros dos concessionários sejam reduzidos em várias vertentes, para a classe sanduíche conseguir comprar casa. Isto reflecte que o Chefe do Executivo entende realmente a pressão de habitação enfrentada pelos residentes.

Segundo os dados estatísticos do concurso de habitação económica de 2019, os agregados familiares nucleares dos pontos 1.1 e 1.2 (agregados com idosos ou deficientes) que se candidataram ultrapassaram 4 mil, mas só há 3011 fracções para distribuição. Isto significa que muitos recém-casados jovens, mesmo de agregados familiares nucleares do ponto 1.3, apenas vão “acompanhar a corrida” juntamente com os grupos de agregados familiares não nucleares e candidatos individuais, o que afecta o desenvolvimento familiar de muitos residentes. Mais, das 18 mil e 027 candidaturas de agregados familiares nucleares, constata-se que os rendimentos máximos dos três grupos variam entre 76 mil 467 e 77 mil 790 patacas; os mínimos, entre 17 mil 680 e 17 mil 733 patacas; e a idade dos candidatos varia entre 37 e 58 anos. Esses dados demonstram que as pessoas de diferentes rendimentos e grupos etários estão com dificuldades na aquisição de habitação e que é cada vez maior a procura de habitação para a “classe sanduíche”.

Após o lançamento da consulta pública sobre o “Plano de habitação para a classe sanduíche”, a população continua a preocupar-se com o “local da construção”, a “data da construção” e a “data de atribuição da habitação”. Mas o que preocupa o Governo é se a população concorda ou não com este Plano. Se a população concordar, então avança com as obras de construção. Recentemente, após a divulgação dos resultados do concurso de habitação económica de 2019, o meu gabinete recebeu pedidos de apoio de jovens, que afirmaram que, face à actual política de habitação pública e à insuficiência de oferta, a “habitação para a classe sanduíche” é mais uma opção para eles, ou seja, mais uma esperança de conseguir uma casa. Pelo exposto, concordo que o Governo introduza considerações mais apropriadas à realidade, a partir das vertentes económica, social e jurídica, sintetizando as necessidades de aquisição de habitação e de poder de compra dos residentes das diferentes camadas sociais, e propondo a construção de 5 tipos de habitação, nomeadamente, social,

económica, para a classe sanduíche, residências para idosos e habitação privada, a fim de permitir aos residentes opções mais diversificadas de aquisição de habitação, reflectindo assim plenamente a determinação do Governo em resolver activamente os problemas de habitação.

A “habitação para a classe sanduíche” vem complementar a habitação económica e a privada, podendo colmatar as insuficiências da actual política de habitação do Governo, e beneficia a criação de condições mais aperfeiçoadas e razoáveis para o acesso a uma habitação. Com essa medida, os residentes da classe média com capacidade para adquirir uma habitação económica, que não querem ficar muito tempo na lista de espera e, ao mesmo tempo, não conseguem suportar os encargos no mercado privado, vão conseguir uma habitação. Para o Governo concretizar a política de aquisição de habitação, é importante aproveitar as características e vantagens deste tipo de habitação, e utilizar adequadamente a força do sector privado para acelerar o processo de concurso público para a sua construção e aquisição.

Para recolher mais opiniões e reunir o consenso da sociedade, espero que o Governo continue a reforçar a divulgação e o envio de informações, para mais cidadãos poderem ficar esclarecidos. Se a sociedade concordar com o projecto de “habitação para a classe sanduíche”, o Governo deve concluir, quanto antes, o respectivo relatório final e proceder à organização da próxima fase. Deve ainda proceder à legislação e, ao mesmo tempo, aproveitar os novos aterros e alguns terrenos já revertidos para, de uma forma prospectiva, elaborar os estudos sobre o planeamento da construção dessas habitações. Deve divulgar, quanto antes, os lotes a construir e a respectiva calendarização, com vista a aumentar a esperança da classe sanduíche, sobretudo dos jovens, na aquisição de habitação, acelerando a criação de todas as condições de acesso.

2020-11-19 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"Porque tantas dificuldades dos diversos governos em lidar com os problemas da Administração Pública"

Após quase um ano de governação, o Senhor Chefe do Executivo, em jeito de balanço, afirmou que se verifica dentro da máquina administrativa "um excessivo conservadorismo, pouca inovação, falta de responsabilidades e de riscos e de iniciativa, tendo em conta a evolução social".

Provavelmente, muita razão terá o Senhor Chefe do Executivo ao fazer estas afirmações. Mas não será que, os primeiros a terem de assumir as ditas responsabilidades devam ser os titulares dos principais cargos públicos?

Então não são estas importantes individualidades que nos termos legais tutelam os serviços públicos da sua estrita dependência?

Não são estes titulares dos principais cargos públicos que avaliam todos os anos os directores dos serviços públicos e homologados pelo Chefe do Executivo? Alguma coisa não "bate certo" ou as avaliações do desempenho são feitas "sobre os joelhos" dos Secretários ou então estes notadores (titulares de principais cargos públicos) são "conservadores", "incompetentes" e que sabem de antemão que não precisam de assumir quaisquer responsabilidades de acordo com seus Estatutos e Regras de Condutas.

Como no passado nunca houve assumpção de responsabilidades, talvez também entendam que não precisam de as assumir.

Desde o estabelecimento da RAEM que os graves problemas existentes dentro da máquina administrativa foram ignorados e varridos para "debaixo do tapete" acumulando "podridão e mau cheiro".

As tutelas sucessivas da área da Administração Pública foram agindo como as avestruzes, escondendo as "cabeças debaixo da areia" ou como num bom ditado chinês "cortando os dedos dos pés para evitar os bichos escondidos debaixo das areias" (斬腳趾避沙蟲).

Cumprir com as exigências do actual Chefe do Executivo exigem-se em primeiro lugar o bom exemplo dos titulares dos principais cargos públicos pressupondo elevados domínios de competências e experiências para conseguir reformar, inovar e coragem de tomar decisões acertadas.

Devem saber ouvir com honestidade as opiniões incluindo as opiniões desagradáveis e inculcar confiança e moral na maioria dos trabalhadores da função pública.

A nosso ver, isto ainda não está a acontecer e se assim continuar, muito provavelmente, teremos brevemente o Senhor Chefe do Executivo a repetir as mesmas críticas sobre o funcionamento da máquina administrativa.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 19.11.2020

Mobilizar recursos para manter a atribuição das sete mil patacas aos idosos

Devido à epidemia, o Governo não tem saldos financeiros este ano. Assim, na apreciação da proposta de lei do Orçamento para 2021, afirmou que, para o ano, não ver ser injectadas as 7 mil patacas na subconta do regime de previdência central não obrigatório. Segundo as queixas apresentadas a deputados por parte de alguns residentes mais idosos, esta decisão afecta gravemente a vida dos idosos; e os que sobrevivem da pensão de velhice e cujo rendimento não atinge o índice mínimo do risco social vão sentir a pressão da falta de recursos para a sua subsistência. Outros residentes queixam-se de que foram injectados recursos em excesso na Fundação Macau, o que levanta dúvidas sobre concessões abusivas de subsídios e falta de mecanismos de ajustamento atempados. Deve injectar-se mais recursos no FSS e nas contas do regime de previdência central, entre outras garantias de longo prazo, para fazer face ao impacto da adversidade financeira.

O Governo deve cumprir a sua promessa de não reduzir os benefícios sociais, mesmo sob influência da epidemia, e, mesmo que, devido ao défice orçamental anual, não seja atribuída a verba, a título da repartição extraordinária de saldos orçamentais, pode, ainda, em articulação com as dotações específicas referidas nas LAG, proceder à atribuição de verbas aos residentes permanentes que vivem cá há muito tempo e que tenham conta do regime de previdência central.

O Governo reiterou que, com a pensão de velhice e a repartição extraordinária de saldos orçamentais do regime de previdência central, os idosos cujo rendimento não atinge o índice mínimo do risco social conseguem viver. O Governo deve então decidir, quanto antes, mobilizar recursos (incluindo as avultadas verbas da Fundação Macau) para continuar a injectar capital nas contas do regime de previdência central, para que os idosos continuem a receber as 7 mil patacas.

O Governo está a rever o Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar, então, deve ponderar melhorar o mecanismo de contribuição das concessionárias, através das receitas brutas, para que mais recursos sejam injectados no FSS e nas contas do regime de previdência central, entre outras garantias de longo prazo, para fazer face ao impacto da adversidade financeira.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 19.11.2020

Políticas parciais de prevenção de epidemia obstruem a recuperação da economia de Macau!

Há dias, o Governo apresentou nas LAG para o próximo ano o seguinte: “enfoque na divulgação da imagem de Macau como destino turístico seguro, de forma a (.....) revitalizar a economia local.”, o que, segundo alguns cidadãos, é uma boa notícia!

Contudo, recebemos recentemente várias opiniões de cidadãos e turistas, afirmando que as medidas de prevenção da epidemia não são coerentes em relação ao atractivo que resulta da divulgação da imagem de Macau como destino turístico seguro, situação que deixa os turistas confusos. Por exemplo, os turistas devem exhibir o certificado de resultado negativo do teste de ácido nucleico para entrar nos casinos, e o prazo de validade do certificado pode, por razões diversas, não coincidir com o prazo do visto, ou seja, é provável que o certificado expire nos últimos dias dos sete dias em que o visto é válido. Contudo, se o turista quiser consumir nos casinos, tem de exhibir um certificado de resultado negativo com um prazo de validade de sete dias, para poder entrar nos casinos, ao abrigo das políticas de prevenção da epidemia. Assim, os turistas não percebem o seguinte: só conseguiram entrar em Macau depois de ter testado negativo, provando que a sua saúde estava bem, então, se o certificado do teste de ácido nucleico expirar, entretanto, significa que já não são seguros? O Governo não está a divulgar Macau como cidade turística e segura? Já que provaram o bom estado da sua saúde aquando da entrada em Macau, deveriam continuar seguros durante a sua estadia em Macau. Então, porque é que se considera que não estão seguros depois de expirar o certificado do teste de ácido nucleico e têm de o fazer novamente para poderem entrar nos casinos? Os turistas entendem que, assim, mais vale não vir a Macau.

Mais, segundo alguns turistas de algumas províncias, se perderem um dia antes de entrar em Macau após o teste de ácido nucleico em Zhuhai, é melhor pouparem tempo e energia e consumirem no Interior da China, uma vez que muitos restaurantes e lojas em Macau ainda continuam fechados por causa da epidemia, reduzindo bastante o interesse dos turistas em visitar Macau.

Em contraste, os trabalhadores dos casinos, como por exemplo os croupiers, só fazem um teste de ácido nucleico e podem trabalhar como de costume todos os dias; além disso, segundo o artigo 5.º da Lei n.º 17 / 2018, os trabalhadores da Função Pública podem entrar nos casinos a qualquer momento, no exercício de funções públicas. Assim, alguns cidadãos e turistas consideram que esta medida de prevenção é injusta para os turistas e prejudica a prosperidade económica de Macau, porque se Macau é seguro, todos estão seguros, por isso, não se deve haver distinções, não é verdade?

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 19.11.2020

Promoção da recuperação e do desenvolvimento da economia interna de Macau

Devido ao impacto da epidemia, este ano, as actividades económicas diminuíram significativamente em todo o mundo. A prevenção e o combate à epidemia foram bem feitos em Macau, mas a economia dependente só do jogo e do turismo sofreu grande impacto. A situação está controlada, o que permite a recuperação da economia, mas de forma lenta, por causa da normalização da epidemia, sobretudo para os sectores do jogo e do turismo que ainda estão sujeitos às medidas de prevenção, o que limita a recuperação em geral e a retoma do crescimento económico que ainda não deu sinais positivos.

A sociedade está muito preocupada com isto, e tem muito medo de que as empresas não consigam sobreviver devido ao demasiado longo tempo de restrições, e que surja no emprego o efeito dominó, afectando a estabilidade social. A reserva financeira de Macau é abundante, ainda há algum espaço para a sobrevivência das empresas através de políticas financeiras activas, por isso, o Governo não se calou sobre a terceira ronda de medidas de alívio pedida pela sociedade, referindo, até, que vai pensar nisso novamente conforme a evolução da epidemia. Porém, as empresas entendem que estas medidas são apenas provisórias, e que o plano a longo prazo deve ser o levantamento adequado das medidas de prevenção para acelerar a recuperação do mercado.

Todos os governos estão a procurar o equilíbrio entre a prevenção da epidemia e a retoma económica. Para promover a retoma económica, alguns países, mesmo com casos esporádicos de infecção, relaxaram as restrições alfandegárias, e outros estão a recorrer à sinergia *online* e *offline*, através da tecnologia informática na nova conjuntura de desenvolvimento, para encontrar forças motrizes para recuperar o mercado do consumo. Como Macau é uma microeconomia, o que a sociedade mais teme é uma segunda vaga da epidemia. Apoiamos a decisão do Governo, no sentido de dar prioridade à prevenção, mas sob as medidas apertadas de prevenção de casos importados, a retoma da economia interna tem merecido a atenção e reflexão da sociedade.

Assim, proponho o seguinte:

1. A prevenção de epidemia é prioritária, mas a economia também é importante, pois a negligência de uma delas acarreta graves prejuízos. O Governo deve tomar medidas rigorosas de prevenção para as pessoas e alimentos congelados oriundos da Europa e América, onde a situação é grave. O Interior da China, devido às vantagens da estrutura política, conseguiu o melhor e o mais rápido controlo da epidemia, e graças ao apoio do País, a integração de Macau no ciclo interno económico do País implica oportunidades preciosas, que

devem ser bem aproveitadas pelo Governo, para promover a circulação de pessoas, capitais e mercadorias, mesmo com as medidas de prevenção. Tudo isto para garantir a rápida retoma económica.

2. No que diz respeito ao sistema interno de Macau, a epidemia está controlada e Macau é já uma zona de baixo risco. Porém, as medidas de prevenção ainda são rigorosas, por exemplo, a realização do teste de ácido nucleico para residentes e estrangeiros que entram nos casinos e o limite máximo de 3 pessoas por mesa, o que acaba por resultar, em certa medida, aos visitantes certas preocupações psicológicas. Em resultado dessas medidas, algumas empresas que dependem das concessionárias do jogo enfrentam dificuldades, e isso tem impacto no emprego dos trabalhadores locais. Sob a premissa de prevenir, com rigor, os casos importados, o Governo deve rever as medidas internas de controlo da epidemia, para assegurar o respectivo controlo e estabilidade, e encontrar o melhor equilíbrio entre o laxismo e rigor, para impulsionar a plena recuperação do consumo interno.

3. A economia de Macau tem por base a exportação de serviços. Face à nova tendência de desenvolvimento, há também que procurar activamente novas saídas, especialmente tomar como referência o desenvolvimento da economia digital no Interior da China e aproveitar as plataformas de comércio electrónico do Interior da China para desenvolver serviços online e offline, procurando a retoma da exportação de certos serviços e produtos, ao nível do turismo e da venda por grosso e a retalho, impulsionando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da indústria logística e promovendo a recuperação da economia interna de Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 19.11.2020

Desenvolver a indústria financeira moderna

Uma epidemia imprevista faz com que Macau enfrente um desafio sem precedentes. As receitas do jogo registaram uma queda abrupta, os diversos sectores sofreram um impacto significativo, muitas empresas fecharam e a taxa de desemprego subiu. Tudo isto destaca a estrutura monótona das indústrias de Macau e a falta de resiliência da nossa economia. Para manter o desenvolvimento económico e garantir a não redução das despesas com o bem-estar da população, o Governo deve procurar um novo caminho, e o desenvolvimento da indústria financeira moderna pode ser um novo estímulo para a nossa economia.

O actual Governo afirmou há tempos que ia desenvolver activamente o sector financeiro moderno. A meu ver, Macau, enquanto uma das cidades nucleares da Grande Baía, tem uma posição clara de “um centro, uma plataforma e uma base”. É necessário exercer as suas características, e também aproveitar não só as vantagens geográficas, históricas e políticas para aumentar a competitividade da região, como ainda as forças externas, para aproveitar esta grande oportunidade estratégica de construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e reforçar a cooperação financeira inter-regional, dando prioridade ao desenvolvimento dos serviços financeiros, tais como a locação financeira, as finanças *offshore*, a gestão de activos, as finanças verdes e a liquidação em Renminbi para os Países Lusófonos, contribuindo assim para a sua expansão em novas direcções e, ao mesmo tempo, para a distribuição financeira nacional.

Actualmente, o sistema financeiro de Macau é relativamente simples e o mercado é limitado. Face à reconversão e valorização industrial do sector financeiro moderno, os novos modelos de transacção e exploração vão aumentar os riscos desse sector, levando os investidores a hesitar. Para concretizar a expectativa do desenvolvimento de Macau, a construção do sector financeiro moderno necessita, em primeiro lugar, de infra-estruturas corpóreas e incorpóreas – o problema mais difícil para Macau neste momento. Na sessão de perguntas e respostas de há dois dias, o Chefe do Executivo afirmou que o sistema jurídico, a política de quadros qualificados de Macau, etc. estão ainda por aperfeiçoar, e é necessário, primeiro, concluir os trabalhos de produção legislativa, nomeadamente, do código de direito fiscal e tributário e da Lei da Fidúcia.

De facto, Macau ainda não tem condições internas e externas suficientes para desenvolver o sistema financeiro moderno, por isso há que aperfeiçoar, quanto antes, o *hardware* e o *software*, a fim de se poder acompanhar o ritmo de desenvolvimento da Grande Baía, ocupando um lugar importante nos mercados financeiros da Ásia.

Ao mesmo tempo, é necessário aperfeiçoar a política de talentos de Macau. Para desenvolver o sector financeiro moderno, precisamos de talentos que o

suportem. Em Macau, há uma grande falta de quadros qualificados nessa área, em comparação com outros centros financeiros vizinhos, sobretudo na área da tecnologia financeira. Para além da definição de uma política transparente e adequada de introdução de talentos, as instituições de ensino superior de Macau devem criar mais cadeiras relacionadas com a área financeira e colaborar com as instituições de ensino superior de renome a nível mundial, com vista à formação de talentos locais, e há que atrair os talentos para regressarem a Macau, para que os jovens de Macau tenham um novo palco para o seu desenvolvimento.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 19.11.2020

Reforma do regime de financiamento às associações e garantia da transparência na fiscalização do erário público

Para qualquer governante, as reformas só são verdadeiras quando são vistas e sentidas pelo público, caso contrário, não passam de meras palavras e deixam o público desiludido.

O Chefe do Executivo refere, no relatório das LAG para 2021, que nunca vai ocultar os problemas do Governo, como o desfasamento da realidade, os discursos ociosos, o descuidar das aspirações da sociedade, e a atitude de fazer só para dizer que se fez. Porém, ao longo dos anos, com o desenvolvimento descontrolado e o baixo nível da governação, muitas áreas registaram inúmeras falhas, das quais a doença endémica e crónica número 1 deve ser a dependência do erário público e o despesismo das associações.

Na parte do relatório sobre o impulsionar da reforma da Administração Pública, o Governo promete “reforçar a fiscalização dos fundos autónomos, dando prioridade à reforma e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão, apreciação e aprovação de apoios financeiros, e de publicidade da Fundação de Macau e dos demais fundos autónomos”, mas não adianta quanto tempo vai demorar a reforma, e quais os resultados para se declarar o seu sucesso. Por isso, acredita-se que ainda há muita incerteza e imprevistos.

O problema deve-se à criação, nos 21 anos da RAEM, de 21 fundos públicos, e à atribuição de financiamentos por dezenas de serviços públicos. Como não há um regime de fiscalização central, criou-se um caldo para a cultura do despesismo em muitas associações. Os dirigentes da Fundação Macau admitiram que algumas associações só foram criadas para pedir financiamento ao Governo. Quem vive em Macau sabe que a criação de associações implica oportunidades comerciais, e que já se trata duma indústria que conta com uma cadeia alimentar completa. Assim, é muito difícil curar, no curto prazo, esta doença crónica, e a população deve ter cuidado com o agravamento da doença quando o tratamento pára.

Há dias, perguntei novamente ao Chefe do Executivo quando e como é que se vai fazer a reforma radical do regime de financiamento das associações, e enfatizei várias vezes a importância da fiscalização por parte da população. O Chefe do Executivo disse que devia começar-se por legislar, porque, sem base legal, seria embaraçoso exigir às associações que publicassem as suas contas. Esta resposta parece dizer-nos o seguinte: o artigo 19.º da Lei n.º 2/99/M, que regula o Direito de Associação, foi revogado inconscientemente na AL e já não existe!

Mas este artigo, que de facto continua em vigor, estipula que o Chefe do Executivo tem de fixar um valor, e quando as associações recebem subsídios ou subsídios superiores ao valor fixado, têm de publicar todas as contas. É uma exigência expressa na lei vigente, e mesmo que não haja uma lei mais perfeita, o Governo tem de actuar nos termos da lei vigente! Mas, nenhum dos Chefes do Executivo fixou, nos termos da lei, o referido valor, e isto parece que é ajudar as grandes associações a fugirem às responsabilidades legais. Mesmo que o financiamento seja superior a dez milhões ou até a cem milhões, os serviços públicos e os fundos podem divulgar apenas o valor total trimestral. E quais são os pormenores de cada despesa? A sociedade nada sabe, e os média e o público não conseguem fiscalizar se cada avo do erário público foi gasto de forma adequada.

Desde 2012 que a Novo Macau tem questionado isto, o que resultou na divulgação, naquele ano, de um relatório de investigação do CCAC, no qual se exigiu “uma revisão urgente e global do assunto a partir da fonte” e se apresentou uma proposta de reforma do regime. Posteriormente, em 2016, durante a controvérsia causada pelo financiamento de 100 milhões à Universidade de Jinan, a “reforma do regime de financiamento” continuou a ser a maior solicitação nas ruas. Após a tomada de posse como deputado, apresentei várias interpelações, escritas e orais, em Novembro de 2017, Outubro de 2018, e Fevereiro, Abril e Julho de 2020, para questionar sobre o assunto; tomei a iniciativa de elaborar um projecto de lei intitulado “Publicação de contas por parte das associações que beneficiem de apoios”; e em Agosto de 2019 e Abril de 2020, coloquei, duas vezes e presencialmente, as minhas dúvidas ao Chefe do Executivo, mas nunca recebi qualquer resposta directa e expressa, e o problema continua sem solução.

A reforma do regime de financiamento das associações depende essencialmente da vontade dos governantes, isto é, se estão dispostos a assumir, activamente e em prol do interesse das finanças públicas, a sua responsabilidade e riscos, e se se atrevem a tocar nos interesses irrazoavelmente adquiridos de alguns grupos, para divulgar à sociedade uma mensagem: independentemente dos fins da sua constituição ou funcionamento, as associações que requeiram financiamento do Governo devem estar preparadas para serem examinadas à luz do dia a qualquer momento.

Quebrar o regime de financiamento à porta fechada tem sido a nossa solicitação, pois esperamos com isto acabar, quanto antes, com a era de esbanjamento de muitas associações, para que as finanças públicas sejam aproveitadas de forma mais precisa e adequada para resolver necessidades urgentes ou para o desenvolvimento, restabelecendo-se assim uma sociedade cívica onde haja concorrência leal e distribuição saudável e se permita o auto-reforço.

IAOD do Deputado Au Kam San em 19.11.2020

A habitação destinada à "classe sanduíche" não deve ser considerada como habitação pública, há que deixar o mercado resolver assuntos do mercado

O Governo não conseguiu dar resposta às necessidades habitacionais, económicas e sociais, mas não se esqueceu das necessidades habitacionais da "classe sanduíche" e chegou mesmo a apresentar a chamada política habitacional escalonada. Ninguém discorda que há diversos meios para resolver os problemas habitacionais da população, incluindo a dificuldade em comprar casa. Para satisfazer as necessidades habitacionais da "classe sanduíche", há que saber, primeiro, o que se entende por classe sanduíche e quantas pessoas estão envolvidas. Só quando isto estiver esclarecido é que se pode pensar em como resolver os problemas habitacionais dessa classe, incluindo a dificuldade em comprar casa.

O Governo realizou uma consulta pública, só que esta visou apenas as opções habitacionais da "classe sanduíche", em vez de definir o que é esta classe. Estes dois aspectos são diferentes, o primeiro é identificar a "classe sanduíche" e o segundo é estudar o tipo de habitação para satisfazer as necessidades da "classe sanduíche". O pior de tudo é que, de acordo com a mentalidade burocrática e rígida reflectida no documento de consulta, a habitação a criar, destinada à "classe sanduíche", é apenas uma versão melhorada da habitação económica.

A intenção de resolver as necessidades habitacionais desta classe através duma segunda versão da habitação económica demonstra falta de eficiência e autoconsciência dos dirigentes. Os dois tipos de habitação pública já fazem confusão às autoridades, dizem que não há tempo suficiente para construir, e que tal não é possível mesmo quando há terrenos. Há dez anos, os dirigentes do Governo demonstraram a sua ineficiência ao lamentaram que "não era difícil construir casas, difícil era arranjar terrenos", passando a alvo de risota da população. Como é que um Governo não consegue arranjar terrenos para construir habitações públicas? Passaram-se dez anos, e agora o Governo já tem muitos terrenos, mas ainda está a construir habitação económica a "conta-gotas", e a oferta não satisfaz a procura. Se houver mais um tipo de habitação, isto é, habitação para a classe sanduíche, os dirigentes vão conseguir o milagre de resolver o problema de forma atempada? Quem é que acredita nisso? Mais um tipo de habitação não vai conseguir resolver o problema, só vai resultar em mais uma fila e em mais um grupo de pessoas à espera, deixando a população mais indignada.

É de salientar que a habitação para a classe sanduíche não deve seguir o modelo da habitação pública. Tal como disse o Chefe do Executivo em Abril, "a habitação para a classe sanduíche passa pelo mercado privado." Também acho que só é possível resolver o problema assim, ou seja, só com a mobilização da força do mercado é que a habitação para a classe sanduíche não entra num beco

sem saída, como no caso da habitação económica, que é caracterizada pela “má qualidade, procedimentos lentos, poucas alternativas e muitas limitações”.

Alguém acha que a habitação privada pode resolver o problema? Se pudesse, não haveria cerca de 230 mil habitações que não conseguem satisfazer as necessidades habitacionais de 190 mil pessoas. Se não houver políticas e restrições, e se permitir que os capitalistas persigam o lucro máximo, naturalmente, os construtores vão optar por edifícios caros após a obtenção de terrenos. Perante isto, temos vindo a propor a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” e o Deputado Ng Kuok Cheong já propôs a “habitação com preços limitados”. “Terrenos de Macau destinados aos residentes de Macau” e “habitações com preços limitados” têm por objectivo permitir que as fracções sejam vendidas ou revendidas num determinado prazo, e que sejam exclusivamente destinadas aos residentes. Com esta restrição, os construtores privados, qualquer que seja a forma de aquisição de terrenos, teriam de construir edifícios virados para os residentes de Macau. Seria então possível, através desta política, impedir os construtores de vender fracções exclusivamente aos ricos e investidores do exterior; e na concepção e construção dos edifícios, os construtores teriam de ter em consideração o poder de compra e a capacidade económica do mercado local, construindo edifícios adequados à capacidade económica dos residentes. Se assim for, a procura de habitação por parte da “classe sanduíche” será, naturalmente, resolvida. Aliás, tratar-se-ia de 100% de habitações privadas, e o Governo só teria de lançar políticas para limitar os destinatários, podendo então o problema resolver-se através do próprio mercado livre.

O recurso à habitação privada para resolver os problemas tem muitas vantagens. Em primeiro lugar, o Governo não tem de fazer tudo, não há necessidade de aumentar os encargos administrativos e as empreitadas, e evitam-se as deficiências das habitações económicas; em segundo lugar, as regras de mercado impõem as tarefas de estudar a oferta e a procura aos capitalistas, o que sem dúvida é mais eficaz, melhor do que qualquer burocracia, e mais adequado às necessidades da classe média e das suas famílias. Mais ainda, assim, também se demonstra que em Macau vigora o sistema capitalista; em terceiro lugar, neste momento, a habitação económica está a assumir cada vez mais o carácter da habitação social, pois a aquisição é incompleta, os compradores têm direitos de uso e disposição sujeitos a restrições rigorosas e não há qualquer margem de valorização. Creio que isto não é o que desejam as famílias da classe média com determinados níveis de rendimentos. Se as habitações para a classe sanduíche forem privadas, o direito de propriedade é perfeito, pode então impor-se, durante um determinado prazo, uma restrição, isto é, as habitações só podem ser revendidas a residentes; fora disso, não haverá praticamente restrições, o que será bem-recebido pelas famílias da classe sanduíche; e, em quarto lugar, o Governo recuperou muitos terrenos, mas quer fazer tudo em grande, e a razão invocada é que os terrenos, independentemente da sua dimensão, têm de passar pelos mesmos procedimentos, por isso, trabalhar

com grandes terrenos dá mais resultado. Os dirigentes podem ter este entendimento, mas os promotores privados pensam de forma diferente, pois há sempre interesse da sua parte, seja qual for a dimensão do terreno. O Governo pode pegar livremente nos terrenos e colocá-los a concurso público, bastando acrescentar cláusulas às condições, por exemplo, que os prédios construídos têm de ser vendidos ou revendidos a residentes de Macau durante determinado prazo, e pode deixar de se preocupar com o planeamento, a concepção e a fixação de preços, porque estas questões podem ser resolvidas através das regras do mercado.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 19.11.2020

Exploração de oportunidades para o turismo do património industrial e aproveitamento do significado histórico de Lai Chi Vun

No passado, a indústria da construção naval desempenhou um papel importante na economia de Macau. Graças à publicação pelo Instituto Cultural, no final de 2018, do Regulamento Administrativo sobre a Classificação dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun como sítio e fixação da respectiva zona de protecção, este património industrial, que carrega a memória de dezenas de anos de história da construção naval de Macau, está sob protecção legal. Não há muito património industrial em Macau, mas os Estaleiros Navais de Lai Chi Vun, a Fábrica de panchões Iec Long, etc. são testemunhos importantes sobre a evolução das indústrias de Macau. Como fazer um bom trabalho de preservação do património industrial e, ao mesmo tempo, dar um novo impulso à transformação da economia regional é algo ao qual os residentes estão atentos.

Olhando para a experiência estrangeira na preservação de monumentos industriais, nota-se a transição do modelo museológico para a articulação com o turismo, criando zonas multifuncionais, o que incentiva as indústrias culturais, artísticas e educacionais, protege os monumentos e promove a economia. Assinala-se, este ano, o 15.º aniversário da classificação de Macau na lista da UNESCO. Há em Macau alguma consciência de protecção do património cultural, mas, quanto à preservação e reaproveitamento de monumentos industriais, ainda há margem para melhorias. A DST chegou a propor restaurar e revitalizar alguns estaleiros navais de Lai Chi Vun, com a criação de uma feira de indústrias culturais e criativas, uma praça de lazer, um espaço multifuncional, e um museu de construção naval e de fabrico de cal. A concepção de bons planos de revitalização, em cumprimento da orientação referida nas LAG, isto é, “o desenvolvimento económico local através da realização de eventos culturais”, depende da inteligência do Governo. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Definir, de forma atempada, projectos para a conservação e a revitalização dessa zona, depois do lançamento do Plano Director, sobretudo, pensar em articulá-los com o ensino da história, o turismo industrial, a protecção ambiental e a arborização, e com a exposição de inovação científica e tecnológica, para narrar bem a história industrial de Macau, explorando novas missões para promover a economia comunitária de Lai Chi Vun, ajudando a concretizar a transformação de Macau em centro mundial de turismo.

2. Reforçar a gestão e conservação da zona de Lai Chi Vun. Segundo uma reportagem, surgiu um “mar de papelões” nas proximidades da zona. Creio que a razão é o sector de reciclagem não conseguir exportá-los atempadamente devido à epidemia. Mas, devido à falta de conservação na área do estaleiro, existe um certo risco para a segurança e a saúde. Sugiro que o Governo, com o pressuposto

de garantir a segurança no local, aproveite bem os espaços desocupados.

3. Apurar as competências e responsabilidades de cada serviço público, tais como, o IC, a DSSOPT, a DSPA, a DSE, a DSAT e o IAM, e a divisão e cooperação de trabalho entre eles, para garantir a revitalização e o reaproveitamento da zona de Lai Chi Vun, concretizando o desenvolvimento equilibrado entre a conservação e a economia.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 19.11.2020

Tentar aderir à Parceria Económica Regional Abrangente, para contribuir para a nova estratégia de desenvolvimento em “duplo ciclo” do País

Em 15 de Novembro de 2020, foi celebrada oficialmente a Parceria Económica Regional Abrangente cujos Estados signatários representam cerca de um terço da população e do PIB mundial, constituindo uma zona de livre comércio e económica com a maior população, a maior dimensão comercial e económica e maiores potencialidades. Esta Parceria muda significativamente a conjuntura económica e comercial internacional, contribuindo em muito para o desenvolvimento económico da região da Ásia-Pacífico e injectando nova força motriz para a revitalização da economia mundial sob a pandemia.

Neste momento, o País está a criar “uma nova estratégia de desenvolvimento dominada pela economia nacional que permite a promoção mútua em duplo ciclo, nacional e internacional”, e a Parceria em causa, que representa uma vitória para o multilateralismo e o comércio livre, vai, certamente, ser uma plataforma importante para alargar a abertura do País ao exterior na Nova Era, proporcionando grande força motriz para a formação daquela nova estratégia de desenvolvimento.

Apesar de ser uma economia pequena, a RAEM é um porto franco e ponto de confluência dos dois ciclos do País, assim, sugiro ao Governo que adopte uma visão mais abrangente para reflectir e estudar o assunto, e agarre a oportunidade da Parceria para explorar e aproveitar o seu estatuto especial e vantagens concedidos pelo princípio “um País, dois sistemas” e pela Lei Básica, no sentido de procurar aderir à Parceria. Isto permitirá consolidar o papel e estatuto de Macau enquanto porto franco e a sua notoriedade na região pan-asiática, contribuindo, através das suas vantagens, para a nova estratégia de desenvolvimento em “duplo ciclo”, para alargar a estratégia de abertura do País ao exterior, e ainda, para encontrar novos rumos e meios para a revitalização económica de Macau e o desenvolvimento diversificado da economia a médio e longo prazo.